

A HISTÓRICA LUTA CONTRA A DUALIDADE EDUCACIONAL A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE ANÍSIO TEIXEIRA E PASCHOAL LEMME

Natália Silva Pereira¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é retomar os debates por uma educação integral nos anos 30 à luz das experiências de Anísio Teixeira como Diretor Geral de Instrução Pública do Distrito Federal de 1931 a 1935 e a implementação das escolas técnicas secundárias do Distrito Federal e de Paschoal Leme como Inspetor de Ensino do Rio de Janeiro e na elaboração do Manifesto de Reconstrução Educacional do Estado do Rio de Janeiro, escrito em 1934. A partir de suas experiências de resistência e luta contra a dualidade, por uma educação pública integral democrática e laica buscar-se-á refletir sobre o ensino médio brasileiro e os atuais desafios para construção de uma educação integral para todos os setores da sociedade.

Palavras-Chave: Anísio Teixeira, Paschoal Lemme, Educação Integral.

INTRODUÇÃO

Há cerca de três anos, nós, educadores comprometidos com a educação pública, temos discutido as consequências de uma nova reformulação do ensino médio que ficou conhecida por Reforma do Ensino Médio. Alguns dos impactos destacados por associações, sindicatos e intelectuais são a precarização da formação da juventude brasileira, a privatização da educação pública, o aprofundamento das desigualdades educacionais e social, além da redução da qualidade social da educação pública.

Os debates em torno do Ensino Médio, sua “crise” de identidade e disputas em torno dos mesmos não são novas. O ensino médio/secundário seja na Europa – onde surge – seja no Brasil, tem uma origem propedêutica elitista, pensado e organizado para preparação das elites para sequência dos estudos. Nesse sentido, o ingresso das classes populares nessa etapa de ensino ocorre, no Brasil, muito lentamente e ainda é um desafio. As estatísticas recentes mostram que a evasão e repetência nesse nível de ensino seguem alarmantes, e recentemente, conseguimos que metade da população brasileira na idade adulta tenha concluído esse nível de ensino. Ou seja, boa parte da população mais pobre ainda tem dificuldade de concluir o ensino médio e quando o fazem, terminam em escolas de estrutura e condições de ensino e aprendizagem muitas vezes complicadas.

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação na Universidade Federal Fluminense - UFF, profnatalia1@outlook.com



O processo de escolarização brasileira é tardio, com forte precarização e marcado pela dualidade. Kuenzer (2000) indica que, além de não ser um debate recente, ao longo do tempo no ensino secundário manteve-se a acirrada dualidade estrutural entre formação geral e preparação imediata para o mercado de trabalho. Há, porém, avanços, fruto de muita luta popular, resistência e elaborações de intelectuais relevantes na tentativa de superação da dualidade estrutural educacional e também social. Dessa forma, os debates acerca da criação de um sistema de ensino e as divergências em torno dele remetem aos anos 20, uma vez que nesse contexto também surgem as primeiras propostas de uma educação integral, de modo que desde então disputa-se o significado do conceito de “integral”. Logo, muito se elaborou, em várias vertentes teóricas, a necessidade de uma educação integral, que desenvolvesse o indivíduo nas suas mais diversas potencialidades, sendo Anísio Teixeira e Paschoal Leme parte dos pioneiros dessa proposição. Assim, o objetivo deste trabalho é retomar os debates por uma educação integral nos anos 30 à luz das experiências de Anísio Teixeira como Diretor Geral de Instrução Pública do Distrito Federal de 1931 a 1935 e a implementação das escolas técnicas secundárias do Distrito Federal e de Paschoal Leme como Inspetor de Ensino do Rio de Janeiro e na elaboração do Manifesto de Reconstrução Educacional do Estado do Rio de Janeiro, escrito em 1934. A partir desse contexto e dessas experiências buscar-se-á refletir sobre o ensino médio brasileiro os atuais desafios para construção de uma educação integral para todos os setores da sociedade. Vale ressaltar que se trata de contextos sociais, econômicos e políticos o que tem impactos nos diferentes projetos de escola. Vimos, porém, que em ambos os momentos os educadores comprometidos com a educação pública têm tentado resistir ao avanço conservador, à tentativa de privatização e a relegar às classes populares uma educação simples, voltada simplesmente para uma preparação aligeirada a partir da demanda do mercado de trabalho de cada contexto.

EXPERIÊNCIAS DE RESISTÊNCIA A PARTIR DE ANÍSIO TEIXEIRA E PASCHOAL LEMME

Anísio Teixeira e Paschoal Lemme são dois importantes intelectuais da educação com destacado trabalho desenvolvido na educação pública brasileira no século XX. Fizeram parte de uma bela geração de intelectuais que disputaram os rumos da educação pública brasileira. Ambos começaram a trabalhar na educação pública no ano de 1924 e trabalharam juntos de 1932 a 1935. Anísio Teixeira foi docente da Escola Normal e também da universidade, além de Inspetor Geral do Ensino da Bahia, da Instrução Pública/Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal (RJ). Paschoal Lemme atuou na docência, da educação primária à universitária,

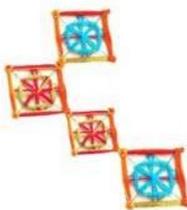


destacando-se também na educação de Jovens e Adultos. Ocupou cargos administrativos e de confiança na administração de Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Era funcionário público concursado como inspetor de ensino do estado do Rio de Janeiro e técnico de educação do Ministério da Educação e Saúde. Embora oriundos de uma mesma geração e com atuações pedagógicas e políticas conjuntas, os autores tinham proximidades e distanciamento quanto aos seus entendimentos sobre a função da escola e a relação entre escola e democracia. Anísio Teixeira acreditava na democratização da educação como potencial fator de transformação da sociedade, enquanto que Paschoal Leme defendia que a democratização da sociedade perpassava pela mudança do sistema econômico e político para assim democratizar a educação. As diferenças não os impediram, porém, de atuarem juntos em diversos espaços, dentre eles, na Associação Brasileira de Educação, onde defenderam o direito a uma educação pública, laica e democrática, além do espírito de liberdade e humanidade.

Anísio um liberal, Paschoal Leme um socialista, com acordos e divergências, mas com importantes atuações nos espaços que ocuparam na luta contra a dualidade na educação brasileira, projeto educacional implementado pelo Estado e que cada um, a sua forma, buscou resistir lutando por uma educação pública integral democrática, laica e pelo direito inalienável do ser humano.

Para compreendermos a importância da atuação desses dois educadores e seus projetos educacionais, vamos analisar em Anísio sua atuação como Diretor Geral de Instrução Pública do Distrito Federal de 1931 a 1935 e a proposta de Reforma Educacional que buscou empreender; em Paschoal Leme sua atuação como Inspetor de Ensino do Distrito Federal e na redação do manifesto dos inspetores em 1934.

Em 1931, quando Anísio Teixeira torna-se diretor da Instrução Pública do Distrito Federal no governo Pedro Ernesto, um dos centros da sua atuação foi o combate à evasão escolar, entendendo que se tratava de um sistema excludente, pois via como um problema a finalidade restrita da escola elementar de preparar para a matrícula no ginásio e na faculdade que não era de acesso de muitos. Tentou unificar, além disso, os sistemas educacionais, cuja separação, segundo ele, correspondia à divisão técnica e social do trabalho. Dessa forma, realizou uma reforma que abrangeu a escola primária, a secundária e o ensino de adultos, culminando com a criação de uma universidade municipal, a Universidade do Distrito Federal. Por questões políticas, demitiu-se do cargo em 1º de dezembro de 1935.

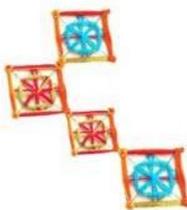


O decreto 3.763, de 1º de fevereiro de 1932 (Rio de Janeiro, DF, 1932), do Prefeito Pedro Ernesto Batista, traz além de um novo enquadramento institucional para o magistério e o pessoal técnico-administrativo, a determinação de que “o ensino público a cargo dos poderes locais do Distrito Federal compreenderá também o ensino dito secundário, organizado de acordo com a legislação federal em vigor, e o ensino para adultos, que, em cursos de continuação, será ministrado nos estabelecimentos de ensino profissional”, (art. 1º). A partir do decreto, o Distrito Federal aumentou suas possibilidades de oferta educativa, antes restrito à oferta do ensino primário e do ensino normal. Passou, então, a oferecer o ensino secundário até então sob responsabilidade do governo federal. Além disso, o ensino profissional deixa o nível primário e ascende ao nível secundário favorecendo a pretendida articulação entre eles. Essas medidas eram distintas daquelas apresentadas pelo governo provisório via reforma Francisco Campos. No relato dessa reorganização, aparecia a grande preocupação com o ensino de música, artes, desenho, artes industriais, educação física e saúde, recreação e jogos, rompendo com a visão estritamente utilitária da educação escolar. (TEIXEIRA, 1998)

Segundo os escritos de Anísio Teixeira, o intuito da reforma era sua análise de que a oferta educacional brasileira era marcada por um dualismo: por um lado, a escola primária e as escolas profissionais eram instituições sem prestígio, voltadas para classes mais baixas, por outro, a escola secundária e as escolas superiores, acadêmicas, eram dotadas de prestígio e tinham como finalidade a formação da elite brasileira.

A partir dessa percepção Anísio defendia que os estados e os municípios (inclusive o Distrito Federal) tinham condições para oferecer uma organização educacional mais rica e mais prática às escolas secundárias. Por isso, defendia alternativas à orientação centralista e padronizadora do governo central. Ele defendia, portanto, a necessidade de superação da dualidade educacional

Ora, o chamado ensino secundário, no Brasil, vem cogitando simplesmente da preparação para esse tipo intelectual de trabalho, o que eu julgo uma solução incompleta do problema e de certo modo perigosa, porque contribui para manter a velha concepção dualista, inconscientemente alimentada, de uma *educação profissional* para o povo, expressão em que, de regra, só se compreendem os elementos menos ambiciosos ou menos afortunados da sociedade - e uma *educação acadêmica* para os que presumem não ser povo ou não o querem ser. (TEIXEIRA, 1998, p. 107)

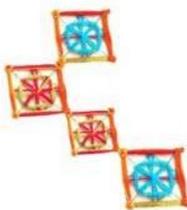


O teor da reforma de 1932 era o de unificar os propósitos educativos existentes, isto é, o de criar instituições de ensino com os objetivos tanto das escolas secundárias quanto das escolas profissionais. E baseando-se no desenvolvimento do método experimental, entendia que não se poderia mais apartar cultura e trabalho, nem laboratório e oficina. Sendo assim um ferrenho crítico da separação entre a legislação federal para o ensino secundário "acadêmico" e a legislação estadual ou municipal para o ensino profissional.

Segundo esse viés, o ensino secundário deveria deixar de ser elitista e voltado apenas para uma formação propedêutica com a finalidade de preparar para o ingresso no ensino superior, para voltar-se a uma formação aos adolescentes em geral. Ao contrário do ensino primário, que deveria continuar a ser único, o secundário deveria ter maior flexibilidade e oferecer uma ampla rede de programas, a fim de atender às diferenças individuais. Para o educador, era necessário uma integração entre os ensinos primário e o secundário, por meio de objetivos culturais comuns. Era necessário ampliar o acesso à cultura no primário assim como no secundário, o qual deveria oferecer oportunidades culturais para todos os adolescentes entre 11 e 18 anos, adaptando-as a suas capacidades e interesses próprios. O ensino secundário deveria, portanto, ter uma finalidade em si, que seria preparar os quadros médios de cultura técnica e geral para todos os tipos de trabalho - inclusive o trabalho intelectual.

Em termos propriamente organizacionais, ele defendia a constituição de instituições educativas mistas, mantidos os objetivos de ambas as legislações, a federal e a estadual/municipal. Seriam as escolas técnicas secundárias, que juntariam duas categorias que estiveram desde sempre separadas pelo currículo, pelos destinatários e até pelos ministérios a que estavam afetas. Coerente com a defesa de um ensino primário único, ele sustentava que todo o ensino profissional deveria "subir" ao nível secundário. Neste nível, os cursos profissionais seriam ministrados nos mesmos estabelecimentos que o ensino secundário "acadêmico". O objetivo não era a introdução de disciplinas "práticas" no currículo do ensino secundário propedêutico, como já se havia proposto no Brasil. O curso secundário, conforme o modelo da reforma Campos de 1931, continuaria a existir. Ao lado dele, haveria "programas laterais", contando com matérias comuns, de modo a se alcançar unidade e coesão. (CUNHA, 1999, s/p)

A proposta organizava as escolas técnicas secundárias em dois ciclos, um de dois anos comum a todos os estudantes e um segundo de cinco ou seis anos, ramificado. Uma das ramificações estaria equiparada ao Colégio Pedro II, conforme indicava a legislação federal; outra, ao curso técnico industrial; e outra, ainda, ao curso técnico de comércio.



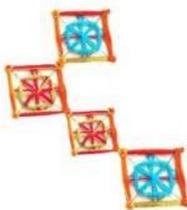
Vale ressaltar que Anísio Teixeira pensa as escolas como instrumentos de transmissão e renovação da cultura. Nessa perspectiva, em todas as ramificações, a educação exerce uma função integrativa e renovadora da cultura. As escolas profissionais, assim como as escolas secundárias acadêmicas dariam lugar às “casas de educação”, que, ao final, se constituíram, essencialmente, como espaços de democratização da cultura.

Os estudos, o laboratório, os trabalhos de oficina e ateliês, o cultivo do desenho e das artes e os jogos, as atividades sociais e de clubes, já fazem dessas escolas casas de educação, onde se encontra o ambiente de unidade social e civilização democrática que deve caracterizar o Brasil. (TEIXEIRA, 2007, p. 207)

Portanto, para Anísio Teixeira, a experiência de reformar a educação no DF veio da necessidade de romper com o dualismo teórico entre duas educações – a profissional e a acadêmica, ou secundária. A reforma de Ensino Técnico Secundário do Distrito Federal veio para unificar o sistema educativo, rompendo com o seu caráter elitista. Uma proposta que se opunha à do governo federal.

Por sua atuação no distrito federal e a projeção da Reforma, Anísio foi eleito presidente da Associação Brasileira de Educação, foi uma liderança na defesa da educação pública e laica e, por isso, combatido pelos opositores, especialmente os católicos, os integralistas e o governo federal. Situação agravada com o fechamento do regime. Uma forte repressão seguiu sobre a Aliança Nacional Libertadora, em geral, e aos comunistas, mas também aos liberais e os socialdemocratas. Todo esse grave contexto político fez com que Anísio Teixeira deixasse o cargo. Assim, após sua saída, todo o seu projeto educacional para o Rio de Janeiro começou a ser desmontado, incluindo as escolas técnicas secundárias do Distrito Federal que foram alteradas em 1937, revertendo o projeto inicial. Na desmontagem do projeto das escolas técnicas secundárias, desempenhou papel central o antigo titular da Superintendência do Ensino Secundário na gestão de Anísio Teixeira, Joaquim Faria Góes Filho.

Ao longo de toda sua trajetória, Paschoal Lemme, dedicou-se à educação. Desde jovem, optou pela carreira docente, tendo feito todo seu percurso de formação e atuação profissional em instituições públicas. Teve como marca de seu trabalho um profundo sentido de "serviço público". Sua biografia mostra que, desde muito jovem, se envolve de maneira intensa com problemas educacionais brasileiros. Membro atuante da Associação Brasileira de Educação, foi o mais jovem signatário do Manifesto de 1932.



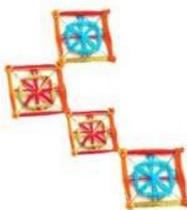
Paschoal Lemme atuou, simultaneamente, em atividades de caráter docente e administrativo no Rio de Janeiro. Vale destacar que, no período entre 1931 e 1935, esteve na Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, convidado por Anísio Teixeira. Na DIPDF, foi pioneiro na Educação de Adultos, organizando cursos com proposta pedagógica que tinha como horizonte Educação Integral na perspectiva da emancipação humana. Em 1935, assume a Diretoria de Educação de Adultos e Difusão Cultural, organizando cursos noturnos para os operários vinculados a sindicatos e outras atividades que, posteriormente, levou-o à prisão. Sai da diretoria junto com Anísio Teixeira no contexto de perseguição política que torna impossível a permanência de ambos.

Embora signatário do Manifesto de 32 e de orgulhar-se de ser um pioneiro, a partir de sua prática e de seus estudos, começa a refutar as teses liberais sobre educação, principalmente o entendimento de uma grande autonomia da mesma perante a sociedade, e sobre suas reais potencialidades na transformação dos problemas sociais. O que fica claro no Manifesto dos Inspectores de Ensino do Estado do Rio de Janeiro ao Magistério e à Sociedade Fluminense, de 1934 no qual Paschoal, seu principal redator, ao lado de Valério Konder, médico sanitário e militante do Partido Comunista do Brasil, apresentou um novo entendimento em termos de política educacional, ao adotar a premissa de que a educação, para se tornar efetivamente democrática, pressupunha a transformação da própria sociedade. Logo, para real transformação da realidade educacional brasileira eram necessárias mudanças no cenário econômico e político brasileiro.

A expressão da verdade é a seguinte: a renovação escolar não pode ser realizada integralmente sem a revisão da estrutura econômica da sociedade atual, capitalista, a qual corresponde uma consciência social incompatível com a escola científica. (LEMME, 2015, p.334).

Nesse contexto, Paschoal tinha se aproximado das teorias marxistas e de intelectuais do campo da esquerda, principalmente do Partido Comunista Brasileiro, que embora tenha atuado conjuntamente inúmeras vezes, nunca foi membro do partido.

Segundo Lemme (2015), o manifesto dos inspetores tinha por intenção ampliar os debates educacionais ao trazer os problemas estruturais da sociedade, o que para o autor permitiria uma visão mais realista das possibilidades e limites da educação. O manifesto trazia as suas experiências como servidor público e seus estudos que chamou de pensamento social avançado.

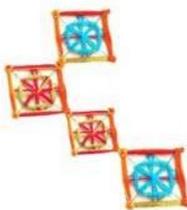


Como Inspetor de Ensino concursado em seu ofício, Lemme teve clareza da importância investimento de uma formação política-pedagógica dos professores em vez de uma prática burocrática para a inspeção. Ao invés da vigilância e do cumprimento de normas e regulamentos escolares, Paschoal Lemme e outros inspetores organizaram um programa de formação de professores, incorporando fortemente a dimensão do servidor público. Visitas burocráticas e rotineiras dos inspetores passaram a ser espaço de formação de professores, nas quais eram ministrados cursos que incluíam uma parte de cultura geral e outra de aperfeiçoamento e técnicas de ensino. Além disso, Paschoal também desenvolveu um intenso trabalho no sentido de convencer seus pares sobre a necessidade de articular o trabalho e a militância política. Ele percebia que muitos dos avanços que pretendiam estavam articulados a uma transformação também social e que era necessário um projeto democratizante da sociedade. Dessa forma, além de uma prática profissional que avançasse num programa educacional diferente, era necessário atuar politicamente.

O manifesto de 1934 demonstra uma clara preocupação em contextualizar historicamente os problemas da educação brasileira, assim como o significado da direção imprimida ao trabalho desenvolvido pelos inspetores. O manifesto apresenta no seu início um panorama histórico da situação educacional do Brasil desde o Império até a República, demonstrando uma clara preocupação em contextualizar historicamente os problemas da educação brasileira. Também destaca como relevantes as tentativas e iniciativas particulares nesse último período, com as reformas implementadas na década de 20 por importantes intelectuais em vários estados brasileiros, assim como a atuação da Academia Brasileira de Educação.

Na sequência, o manifesto descreve o ambiente que se encontrava no Rio de Janeiro e apresenta o Plano de Reconstrução Educacional do Estado do Rio de Janeiro, plano de ação idealizado pela então Diretoria de Instrução, sintetizado no documento em oito itens.

1. A educação não se limitará às escolas primárias comuns para crianças, porquanto, além de ser necessária nos diversos graus, precisa estender-se a adultos que não mereceram até hoje nem o ensino elementar de letras nem qualquer preparação técnica para o trabalho. O item primeiro do plano estabelece as quatro grandes esferas de ação: Estudos de Educação. Participação em Conferências e Congressos.
 - a) educação comum sistemática para gerações novas;
 - b) educação especializada para débeis e defeituosos;
 - c) educação intensiva destinada aos adultos analfabetos;
 - d) educação emendativa dos delinqüentes.



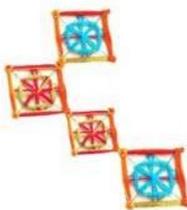
2. A progressão em três graus: o elementar, com a iniciação profissional; o secundário, com a preparação profissional; o universitário com a especialização profissional, para correspondente formação do aprendiz, do obreiro e do mestre, no campo normal do mecânico e no domínio da atividade profissional em geral.
 3. A educação integral do indivíduo em respeito às suas aptidões e de conformidade com as necessidades regionais, assentando a estrutura da educação na organização do trabalho.
 4. A transformação de todas as escolas em centros permanentes de atividade e a ampliação da ação educacional, a partir das instituições pré-escolares.
 5. A socialização absoluta da escola, com as organizações complementares e a prática do trabalho.
 6. O livro, a imprensa, o cinema e o rádio como fatores de divulgação.
 7. A localização racional das escolas, atendendo-se à distribuição de população, às condições de climas, ao acesso em geral, à rede de transportes e à situação econômica da região.
 8. A formação do professorado e a segurança da carreira do professor.
- (LEMME, 2015, p. 323)

Para o desenvolvimento do plano, também foi apresentada a necessidade de uma reforma da inspeção geral de ensino que, de repartição burocrática fiscalizadora sem qualquer eficiência técnica transforma-se em uma entidade de orientação do ensino buscando uma diretriz de renovação da transformação escolar a partir dos fundamentos da sociologia e da necessidade de aumento de recursos para a educação, apresentando entendimento que para uma renovação escolar seria necessário mudanças na sociedade. O manifesto defende também o aumento de vencimentos do magistério e a resolução de problemas de estruturas das escolas.

Sobre o ensino secundário, o documento relembra que esse surgiu antes mesmo do ensino primário e tinha por objetivo atender às classes mais abastadas da população. Com a necessidade social de novas adaptações, porém, a sociedade e a educação de nível médio se ramificaram para atender melhor às classes. O ensino clássico seria mantido para a alta sociedade e o ensino profissionalizante, de várias modalidades, para as outras classes sociais. Sua proposta é de superação dessa dualidade defendendo um ensino secundário público, atrelado à luta de novo modelo de desenvolvimento econômico para o país.

Já na conclusão do manifesto os signatários reafirmam que embora estejam em sua prática cotidiana atuando por uma outra educação no Rio de Janeiro a renovação escolar prescinde mudanças na estrutura econômica da sociedade capitalista, pois esse modelo de sociedade é incompatível com a escola científica. (LEMME, 2015)

E a partir dessa percepção e desse programa apresenta no documento a defesa da “Escola ativa, escola progressiva, socializada, escola única!” (LEMME, 2015, p.334).



O que vemos ao trazer as contribuições desses autores ao longo dos anos 1930 é que embora com concepções diferenciadas de educação, vivenciaram juntos muitas disputas políticas, das quais nem sempre saíram vencedores. Dessa forma, juntamente com outros intelectuais de diferentes filiações teóricas, defenderam projetos educacionais de caráter democrático, público e comprometidos, de diferentes formas, com o ideário republicano, souberam divergir e, ao mesmo tempo, atuarem profissional e politicamente por uma educação democrática, laica e única.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomar a atuação desses importantes intelectuais, é inevitável refletir que ainda estamos distantes daquilo que a geração de 1930 tinha como pauta para o desenvolvimento de um sistema de ensino brasileiro e que, desde então, seguimos nos confrontando com os setores privatistas, com seguimentos conservadores que combatem uma educação democrática plural e laica, resistindo às mais diversas tentativas de implementação de um sistema de ensino dual, que ofereça uma escola pobre e fragmentada aos filhos da classe trabalhadora.

Nas décadas que separam essas contribuições de Anísio Teixeira e Paschoal Lemme, muitas transformações sociais, econômicas e políticas aconteceram assim como algumas reformas educacionais. Porém, também há continuidades nesse processo, seguimos um país de economia dependente, profundamente desigual com fortes marcas de um passado colonial e escravocrata.

Os anos neoliberais tem sido perversos. Cada vez mais assistimos uma crescente subordinação educacional ao econômico e a transformação da própria educação em mercadoria. Seguimos reproduzindo no interior da educação a divisão social do trabalho vigente no modo de produção capitalista. Em geral, com um sistema que promove, de forma aberta, dois ensinamentos – o primeiro, voltado para a formação de uma elite econômica e, o segundo, dedicado a formar as classes subalternizadas pelo poder econômico e político.

Os desafios seguem grandes e Anísio Teixeira e Paschoal Lemme nessa conjuntura tão adversa tem que nos servir de inspiração. Intelectuais que diante da tarefa que tinham elaboraram e disputaram um programa de educação para o Brasil. Indago aos professores e intelectuais que se dedicam ao campo da educação qual programa estamos construindo e, principalmente, disputando junto com essa juventude que quer lutar pelo direito a uma educação pública de qualidade e verdadeiramente integral.



REFERÊNCIAS

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: Unesp, Brasília, DF: Flacso, 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. *1997 repete 1937? Unificação e Segmentação no Ensino Brasileiro*. In: Seminário "Um olhar sobre Anísio". Mesa Redonda "Política Educacional", Rio de Janeiro, 3 set. 1999. Rio de Janeiro, UFRJ/CFCH/PACC, Fundação Anísio Teixeira, 1999.

KUENZER, Acácia. *Ensino médio e profissional*. São Paulo: Cortez, 2000

LEMME, Paschoal. *Manifesto dos inspetores de ensino do Estado do Rio de Janeiro ao magistério e à sociedade fluminenses*. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 7, n. 2, p. 311-336, dez. 2015. ISSN 2175-5604. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/15312>>. Acesso em: 21 Set. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v7i2.15312>.

MOURA, A. D. *Educação e Democracia: um estudo comparado entre o pensamento de Paschoal Lemme (1904-1997) e de Anísio Teixeira (1900 -1971)*, 2015. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2015.

NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2010.

TEIXEIRA, Anísio. *Pequena introdução à Filosofia da Educação: a escola progressiva ou a transformação da escola*. 6ª. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação para a democracia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação para a democracia: introdução à administração escolar*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.